

2

Pesquisando gênero e sindicalismo docente: À procura de um referencial para uma temática transdisciplinar

*Márcia Ondina Vieira Ferreira*¹

Apresentando os propósitos do texto

Busco, neste texto, discutir certas reflexões resultantes de minhas investigações sobre sindicalismo docente, no que tange às suas relações com a temática trabalho e gênero na docência. Meu propósito é descrever algumas aproximações teórico-metodológicas com estudos sobre os referidos temas, na busca de afinidades com outros grupos de pesquisa e com a intenção de sistematizar, ainda que de forma bastante inicial, um caminho para estudar a produção a respeito.

Há duas vertentes principais, nos estudos que venho realizando: a primeira se dirige a conhecer a perspectiva das organizações sindicais a respeito da situação do trabalho docente, explorando aspectos relativos ao caráter profissional ou proletário das atividades desenvolvidas, segundo jargão utilizado na literatura acadêmica. Além de querer apreciar o que os sindicatos têm a dizer sobre o assunto, interessa-me problematizar quais identidades estão em cena quando os docentes se reúnem em entidades feitas à imagem dos trabalhadores manuais. Isso se torna mais curioso quando as organizações se ampliam e passam a abrigar outras pessoas que atuam na instituição escola, com tarefas de natureza variada, dando origem à identidade de *trabalhadores em educação*.

1 Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente; Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação/UFPel.

Dentro dessa vertente, existe o interesse em tomar sindicalistas como informantes-chave – docentes que são, também, sindicalistas –, por considerar que sua inserção nas temáticas relativas ao trabalho docente lhes confere uma especificidade digna de investigação. Assim, ao mesmo tempo em que seus discursos podem ser considerados uma extensão da posição oficial das entidades, apresentam posições de caráter pessoal que não são necessariamente programáticas.

Mas a que nos interessa aqui é a segunda vertente, a que toma os e as sindicalistas como docentes – sindicalistas que são, também, docentes –, examinando suas trajetórias educacionais, profissionais e militantes, *segundo o gênero*. Neste caso, há o interesse em conhecer a vida desses homens e mulheres, problematizando o que lhes conduziu a se tornarem docentes e militantes. Pela convicção teórico-metodológica da necessidade do gênero como categoria explicativa – adquirida no transcurso das investigações –, a principal busca é pelas diferenças ou singularidades nesses trajetos, bem como conhecer suas concepções sobre relações de gênero na educação e entre o professorado.

No entanto, a constituição de um referencial que possa colaborar para a compreensão da problemática de gênero no sindicato docente tem sido bastante complexa, em meu entender, porque a produção no campo ainda é pequena e pulverizada, o que nos conduz a lançar mão de abordagens provenientes de distintas áreas de conhecimento/disciplinas científicas. Desta maneira, tal como já dito, o objetivo deste texto é apresentar um breve esboço desta construção transdisciplinar.

À procura de um referencial para analisar gênero em sindicatos docentes

Em minha experiência de investigação, localizei duas grandes fontes, no Brasil, para compreender os debates sobre gênero e sindicato docente: as lutas feministas para a ampliação dos direitos das mulheres e de sua presença no mundo do trabalho; e a produção acadêmica voltada a compreender a situação das mulheres, separadas desta forma por um critério meramente analítico.² A referência cronológica

2 Assinalo que, embora estejam articulados, movimentos e teorias feministas apresentam diferenças: “Os movimentos feministas estão relacionados ao surgimento das diferentes teorias feministas, estimulando o surgimento das mesmas, mas enquanto os movimentos são eminentemente práticos e voltados prioritariamente às questões relativas à desigualdade social, as teorias têm incursionado sobre inúmeros aspectos e, mais recentemente, discutido os paradoxos entre desigualdade e diferença”. M. O. V. Ferreira, “O

que tomarei, aqui, é o período que começa com a implantação da ditadura militar, tendo em vista a afirmação de Céli Pinto: “o novo feminismo nasce na ditadura”.³

Desta maneira, muitos textos têm examinado a importância do feminismo quanto ao questionamento das práticas das mulheres como práticas privadas, afirmando tanto a necessidade de que as mesmas sejam desprivatizadas, quanto a possibilidade de as mulheres ocuparem espaços considerados públicos – embora, na verdade, esses tenham sido construídos como espaços masculinos. Ângela Araújo e Verônica Ferreira assim sintetizam quais seriam os itens de reivindicação das mulheres:

[O feminismo] colocou em xeque as relações sexistas de dominação em diversos aspectos da vida social e uniu um conjunto heterogêneo de mulheres na defesa de seus interesses, tornando-as sujeitos políticos. A construção desse novo sujeito [...] foi um processo lento, iniciado com as lutas pela resolução de problemas sociais que afetavam as mulheres, como a falta de serviços públicos (saúde, educação, saneamento, creches etc.), do qual se passou para a reflexão sobre a centralidade do trabalho doméstico na vida da mulher e as implicações desse fato em todas as esferas da vida social; posteriormente, chegou-se ao questionamento dos padrões culturalmente construídos de feminilidade e masculinidade realizados nos dias atuais.⁴

Ao mesmo tempo em que o movimento feminista avançava em seus questionamentos, no âmbito acadêmico podem ser citadas várias produções e autoras/es relevantes, provenientes de várias áreas de conhecimento, conquanto eu vá indicar somente aquelas que tiveram um impacto maior sobre minha formação e com ligação mais direta com o tema analisado neste texto. Primeiramente, como verdadeiros clássicos do pensamento feminista brasileiro no que tange à análise do trabalho feminino, encontramos a tese de livre-docência de Heleieth Saffioti,⁵ concluída em 1967; e os diversos textos de Elisabeth Souza-Lobo, escritos na década de 1980 e reunidos sob forma de livro (1991) após sua morte, nesse mesmo ano.⁶

impacto dos estudos de gênero sobre a construção do pensamento social”, *Educação & Linguagem*, Vol. 13, n. 21, São Bernardo do Campo, jan-jun 2010, p. 192.

3 C. R. J. Pinto, *Uma história do feminismo no Brasil*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 41.

4 A. M. C. Araújo & V. C. Ferreira, “Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva”, in M. I. B. da Rocha (org), *Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios*, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 315.

5 H. I. Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*, Petrópolis, Vozes, 1979.

6 E. Souza-Lobo, *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*, São Paulo, Brasiliense, 1991.

Precoce demais para fazer um uso circunstanciado de termo “gênero”, Heleieth Saffioti assinala a tese que conduz suas ideias:

[...] a explicação da situação da mulher na sociedade capitalista é encontrável através da análise das relações entre o fator natural sexo e as determinações essenciais do modo capitalista de produção,⁷

defendendo que o uso da diferenciação sexual, por parte do capitalismo, privilegiando o grupo masculino, tem por fim justificar o não aproveitamento de toda a mão de obra existente.

Entretanto, cabe dizer também que o livro de Heleieth Saffioti é um verdadeiro tratado da situação e da consideração da mulher em âmbitos os mais variados – como o posicionamento da Igreja Católica revelada através de algumas encíclicas, ou a posição social e a situação educacional das brasileiras desde a ordem escravocrata até o momento da análise do livro. Aliás, além de sua contribuição mais propriamente sociológica, a obra é relevante para o âmbito da história das mulheres e, principalmente, para a história da educação brasileira.

Os muitos textos de Elisabeth Souza-Lobo – presentes no livro citado – alternam suas análises a âmbitos diferentes, mas relacionados: ao tema da divisão sexual do trabalho; à consideração enviesada da mesma por parte de trabalhadores homens, de sindicalistas e, mesmo, da investigação na área de ciências sociais, mais especificamente a sociologia do trabalho. Por meio de uma epistemologia feminista, Souza-Lobo examina as condições materiais de trabalho, as representações de homens e mulheres sobre o mesmo e sobre o sindicalismo, o reducionismo das pautas sindicais – ou atitude de fechamento para a problemática das mulheres –, a posição do movimento feminista. Dentre os inúmeros teóricos e teóricas por ela comentados, no que tange às questões de gênero vale chamar a atenção sobre três que, também para mim, são imprescindíveis às análises: Joan Scott, Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. Em termos de quem se ocupa mais diretamente das relações de gênero no trabalho, pode-se mencionar Helena Hirata, Danièle Kergoat, John Humphrey, Heleieth Saffioti.

Em segundo lugar nesta descrição de referências, é preciso dizer que, durante os anos que estou comentando, ocorreram várias atividades acadêmicas importantes para os estudos de gênero. Albertina Costa⁸ indica a realização do seminário intitula-

7 H. I. Saffioti, op. cit., p. 367.

8 A. de O. Costa, “Women’s studies in Brazil; or the tightrope-walking strategy”, in E. Barreto & D. Zibas (orgs), *Brazilian issues on education, gender and race*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1996.

do “Mulheres na força de trabalho na América Latina” (no Iuperj, Rio de Janeiro, 1978), organizado por Neuma Aguiar e origem de um grupo de trabalho formado na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) sobre o tema. No mesmo ano, a autora cita a ocorrência de um edital para concessão de bolsas de pesquisa sobre a temática da mulher, na Fundação Carlos Chagas. A partir deste período, a quantidade de produções sobre o tema tem um grande incremento, com o surgimento e/ou desenvolvimento de grupos de pesquisa especificamente voltados aos estudos de gênero.

Por sua parte, Cristina Bruschini e Céli Pinto⁹ explicitam que, principiando os anos 1990, houve o seminário “Estudos sobre a mulher no Brasil: Avaliação e perspectivas”, que redundou na publicação do livro *Uma questão de gênero* e o surgimento da *Revista Estudos Feministas*, em 1992, outros dois marcos importantes para a produção.

No que tange à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped), embora esses anos sejam marcados por produções sobre gênero e/ou mulher em vários grupos de trabalhos (GT), a criação de um GT especificamente voltado ao tema só ocorreu em 2004, diferentemente do que comenta Albertina Costa (ao final dos anos 1980). Não obstante, é perceptível que, na Anped,

na segunda metade dos anos 1980 um grupo de mulheres participantes do GT-2 [“História da educação”] estimulou a divulgação de estudos sobre mulher e educação. Mais tarde, ingressaram, no mesmo, investigadoras das relações entre docência e gênero. Guacira Louro pondera que a presença dessas mulheres possibilitou que o GT-2 se constituísse “numa espécie de vertente de estudos que tratava das questões de gênero” (conceito às vezes tomado restritamente como “mulheres”) e história da educação.¹¹

Essas atividades demarcam a consolidação da área de gênero e mulher na pesquisa acadêmica e, desde então, tenho podido testemunhar o avanço impresso às pesquisas em torno do trabalho da mulher, sobre variados setores da produção econômica e tratando de diversos aspectos. A presença feminina no mundo do trabalho é abordada tendo em vista a divisão sexual do trabalho, a qualificação, os salários, as

9 C. Bruschini & C. R. Pinto, “Introdução”, in C. Bruschini & C. R. Pinto (orgs), *Tempos e lugares de gênero*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2001.

10 A. de O. Costa, op. cit.

11 M. O. V. Ferreira & G. H. L. Nunes, “Panorama da produção sobre gênero e sexualidades apresentada nas reuniões da Anped (2000-2006)”, p. 7, in Reunião Anual da Anped, 32, 2010, Caxambu, *Anais*, (CD-ROM). Disponível em www.anped.org.br.

hierarquias, a dupla ou tripla jornada, o cotidiano das atividades ocupacionais, etc.

Enfim, o que se percebe, com o passar do tempo e o crescimento da investigação a respeito, é o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e de seus níveis de qualificação, ainda que se mantenham situações de desigualdade quando se compara o trabalho das mesmas com o dos homens. Tentando sistematizar o estado atual da problemática, Sílvia Yannoulas apropria-se de resultados de pesquisa do Dieese:

[...] entre 1999 e 2006, as mulheres das regiões pesquisadas pelo Sistema PED continuaram a se destacar pela intensa entrada no mercado de trabalho, chegando a corresponder a quase metade da PEA metropolitana (46,7%). Embora tenham presença cada vez mais expressiva no mundo produtivo e venham se deparando com uma conjuntura mais favorável à geração de empregos, as trabalhadoras ainda enfrentam uma nítida desigualdade de oportunidades ocupacionais comparativamente aos homens, o desemprego continua sendo maior para o segmento feminino, e seus rendimentos não superam o patamar de 81,8% dos ganhos masculinos.

As mulheres continuam concentradas em ocupações fundamentais para a organização social que, no entanto, são pouco valorizadas e têm seu padrão de remuneração regulado pelo poder estatal através do salário mínimo.¹²

Se temos então, por um lado, um processo que conduziu à consolidação das análises sobre a situação do trabalho feminino, por outro ocorre o desenvolvimento dos estudos sobre sindicato e gênero. Para Elisabeth Souza-Lobo, “a emergência da problemática das operárias nas práticas e nos discursos sindicais no Brasil data do fim da década de 70”,¹³ em virtude da mudança na composição da força de trabalho e de novas práticas nos movimentos operário e sindical e pela emergência de movimentos de mulheres e de uma corrente feminista, tal como já foi dito aqui.

Mesmo assim, existe concordância entre algumas autoras/es sobre a dificuldade de absorção dessas questões no meio sindical, considerando que a renovação sindical iniciada nos anos 1970 produziu-se sob a liderança de categorias majoritariamente masculinas.¹⁴ “O nascimento do ‘novo sindicalismo’ foi, assim, uma expe-

12 S. Yannoulas, “O trabalho sem fim: Sobre a centralidade dos trabalhos femininos”, in S. Dal Rosso & J. A. Fortes (orgs), *Condições de trabalho no limiar do século XXI*, Brasília, Época, 2008, pp. 93-94.

13 E. Souza-Lobo, op. cit., p. 63.

14 Cf. P. Cappellin, “Viver o sindicalismo no feminino” *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, número especial, 1994; J. Humphrey, “Sindicato; um mundo masculino”, *Novos Estudos Cebrap*, Vol. 2, n. 1, São Paulo, abr 1983.

15 A. M. C. Araújo & V. C. Ferreira, op. cit., p. 314.

riência masculina de reelaboração das identidades de classe”.¹⁵

Neste sentido, os estudos passaram a abordar a paulatina inserção das mulheres “na agenda e no organograma das principais centrais e sindicatos”.¹⁶ Esse processo de inserção produziu-se com a intenção de diminuir a situação de desigualdade quanto às pautas femininas e à participação das mulheres. Portanto, se refere à ampliação da sindicalização das mulheres e de sua participação nas mobilizações, no exercício da representação sindical e no cotidiano das atividades sindicais; à criação de departamentos ou secretarias intituladas “da mulher” ou de “gênero”; à inclusão de reivindicações voltadas às particularidades das mulheres ou às discriminações por elas sofridas nas pautas das categorias.

Uma mirada panorâmica sobre as investigações – em minha opinião, poucas, considerando a diversidade das mesmas – encontrou um total de 76 dissertações ou teses arroladas sob a palavra-chave sindicato e gênero, do ano de 1987 para cá, especialmente de 2000 em diante. Esse número não cresce mesmo que se modifique o termo de “gênero” para “mulher”. Quanto ao conteúdo, percebe-se que os interesses são variados, em geral sobre a pesquisa da situação das mulheres em sindicatos de trabalhadores rurais, em algumas categorias do setor industrial (metalurgia, têxtil, calçados, fumo, etc.) e do setor de serviços (bancários, enfermagem, docência, comércio). Há incidência de análises sobre a CUT e/ou os sindicatos ligados a ela.¹⁷

Se restringirmos a coleta aos sindicatos docentes, há menos estudos ainda, como se pode ver no Quadro 1.

Até então venho expondo o trajeto paulatinamente trilhado para poder sustentar minhas investigações sobre gênero no sindicato docente. Contudo, antes de falar propriamente sobre o estado da produção a respeito, obedecendo à mesma linha de raciocínio anteriormente usada, é imprescindível apresentar algumas observações sobre a temática trabalho docente e gênero.

16 M. Castro, “Raça, gênero e sindicato em tempos de globalização”, *Cadernos CEAS*, n. 166, Salvador, nov-dez 1996, p. 37.

17 Em 1986, a CUT criou a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (cf. A. M. C. Araújo & V. C. Ferreira, op. cit.) e, em 1995, aprovou a política de cotas de 30%, primeiramente em relação à participação feminina, posteriormente concebida para contemplar qualquer um dos sexos (cf. A. J. Sartori, “Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis”, in C. Bruschini & C. R. Pinto (orgs), *Tempos e lugares de gênero*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2001).

Quadro 1
Dissertações/teses com palavras-chave
“sindicato docente” e “gênero” (Brasil, 1987/2010)

Autor/a	Título do trabalho	Nível/Ano	Instituição/Curso
Corina Michelin Dotti	Representações de mulheres professoras: Incurões nos espaços público e privado	Mestrado/1994	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Educação
Maria de Lourdes Mazza de Farias	Nem rosa, nem azul: Relações de gênero na família, na escola e no sindicato	Mestrado/1998	Universidade Federal do Paraná – Educação
Daiane Antunes Vieira	História do magistério: Experiências masculinas na carreira administrativa no estado de São Paulo (1950-1980)	Mestrado/2003	Universidade de São Paulo – Educação
Hugo Leonardo Fonseca da Silva	As trabalhadoras da educação infantil e a construção de uma identidade política	Mestrado/2006	Universidade Federal de Goiás – Educação
Andréa do Rocio Caldas	Desistência e resistência no trabalho docente: Um estudo das professoras e professores do ensino fundamental da rede municipal de educação de Curitiba	Doutorado/2007	Universidade Federal do Paraná – Educação
Joseane Maria Parice Bufalo	Nem só de salário vivem as docentes de creche: Em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC-1988-2001)	Doutorado/2009	Universidade Estadual de Campinas – Educação
Tarcísio Firmino da Silva	A construção de valores sobre o trabalho docente e a saúde do trabalhador: Das políticas públicas aos enunciados sindicais	Mestrado/2009	Fundação Oswaldo Cruz – Saúde Pública

Fonte: elaboração própria a partir do Banco de Tese da Capes (<http://capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>).

A pesquisa sobre trabalho docente, sindicalismo e gênero

Os estudos sobre trabalho docente tardaram em incorporar a categoria gênero em suas análises. Tal desconsideração foi apropriadamente indicada, por exemplo, por Cristina Bruschini e Tina Amado¹⁸ e Fúlvia Rosemberg e Tina

18 C. Bruschini & T. Amado, “Estudos sobre mulher e educação: Algumas questões sobre o magistério”, *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, São Paulo, fev 1988.

Amado,¹⁹ bem como por ser deduzido a partir de Márcia Ondina Ferreira e Georgina Nunes.²⁰ Num primeiro período da pesquisa a respeito – meados dos anos 1970 – , os estudos estavam mais localizados na consideração do caráter produtivo ou não do trabalho, no processo de proletarização de docentes, sua posição e identidade de classe, suas condições de trabalho e a organização do mesmo na escola.

A articulação destas questões à variável gênero começa a produzir-se a partir da metade da década de 1980, sob influência dos estudos de caráter histórico sobre a feminização da docência, especialmente os produzidos a partir do GT de História da Educação da Anped; dos estudos de gênero propriamente ditos; e das várias elaborações de Michael Apple a respeito.²¹ Bons exemplos subsequentes dessa articulação são a dissertação de mestrado em educação de Álvaro Hypolito, publicada em 1997,²² e a tese de doutorado em educação de Marília de Carvalho, publicada em 1999.²³

Em todo o caso, o aproveitamento do tema mulher e docência pelos estudos sobre gênero e trabalho docente foi desigual, segundo minha avaliação. Uma das leituras feita sobre a feminização da docência, superficialmente atribuída – ou atribuí – à mesma a causa da desqualificação e da proletarização docente, repetindo, no plano acadêmico, os argumentos utilizados pelos governos para desprestigiar a categoria. Desta forma, assumiu-se a importância do gênero, mas passou-se a divulgar a ideia de que ensinar era tarefa de quem não era sustentáculo econômico e social da família, posto que os sustentáculos – os homens – haviam saído para outras ocupações, à época da gênese do desenvolvimento do capitalismo em nosso país.

O uso deste argumento sem matizes e sem pesquisa empírica adequada não colabora para as análises de gênero, posto que não explica as variantes históricas e geográficas. Frank Parkin²⁴ chama de “teoria machista da profissionalização” aque-

19 F. Rosenberg & T. Amado, “Mulheres na escola”, *Cadernos de Pesquisa*, n. 80, São Paulo, fev 1992.

20 M. O. V. Ferreira & G. H. L. Nunes, op. cit.

21 Cf., entre outros, M. Apple, “Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente”, *Cadernos de Pesquisa*, n. 60, São Paulo, fev 1987; idem, “Ensino e trabalho feminino: Uma análise comparativa da história e ideologia”, *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, São Paulo, fev 1988.

22 A. M. Hypolito, *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*, Campinas, Papi-rus, 1997.

23 M. P. de Carvalho, *No coração da sala de aula: Gênero e trabalho docente nas séries iniciais*, São Paulo, Xamã/Fapesp, 1999.

24 F. Parkin, *Marxismo y teoría de clases: Una crítica burguesa*, Madri, Espasa-Calpe, 1984.

las proposições que sugerem a aceitação das mulheres em algumas áreas por seu suposto caráter submisso. Concordando com esta crítica, Jane Almeida²⁵ pondera que a escola foi um dos locais encontrados pelas mulheres em sua luta para sair aos espaços públicos, desafiando o patriarcado; não foi simplesmente um local ao qual se chegou pela desistência masculina.²⁶

Aliás, a busca pela docência realizada pelas mulheres em nosso país, por meio da matrícula em escolas normais, começa bem antes que possamos pensar numa abertura “massiva” de postos de trabalho ocasionada pelo capitalismo em desenvolvimento.

Por sua vez, Guacira Louro²⁷ destaca que, para que a representação da docência como trabalho feminino chegasse a ser dominante, foi necessário uma longa disputa por significados. De fato, há trabalhos de caráter empírico que retratam, historicamente, como foi árdua e conturbada essa contenda. Por exemplo, no caso do Rio Grande do Sul, Elomar Tambara²⁸ demonstra como a ideia positivista sobre o caráter moralizador da mulher contribuiu, contraditoriamente, para o reforço à sua defesa como educadora, durante os anos 1930.

Os exemplos citados de justificativas para o caráter negativo da feminização da docência são heranças recebidas pelo ofício, que se fortalecem quanto mais o

25 J. S. Almeida, *Mulher e educação: A paixão pelo possível*, São Paulo, Editora Unesp, 1998.

26 Por isso, ela apresenta alguns dos mitos criados sobre o magistério feminino (J. S. Almeida, op. cit., p. 77):

- ◇ O mito da desvalorização do magistério ocasionada pela entrada das mulheres nesse campo de trabalho.
- ◇ O mito de que o magistério era uma profissão bem remunerada que conferia estatuto social e excelente remuneração.
- ◇ O mito de que a feminização só ocorreu porque os homens se retiraram do magistério e seu exercício foi uma concessão às mulheres.
- ◇ O mito da passividade da professora primária.
- ◇ O mito do sentimento de vitimização da professora decorrente da condição feminina.
- ◇ O mito de que o salário feminino recebido no magistério era destinado a pequenos gastos e pouco significava para a família.

E Jane Almeida aponta o livro, já citado, de Heleieth Saffioti como uma das produções que termina por incorporar preconceitos contra as mulheres.

27 G. Louro, “Mulheres na sala de aula”, in M. Del Priore (org), *História das mulheres no Brasil*, 5. ed., São Paulo: Editora Unesp/Contexto, 2001.

28 E. Tambara, “Profissionalização, escola normal, feminização e feminilização: Magistério sul-rio-grandense de instrução pública – 1880/1935”, in A. Hypolito, J. Vieira & M. M. Garcia (orgs), *Trabalho docente: Formação e identidades*, Pelotas, Seiva, 2002.

processo de trabalho docente sofre modificações, com a ampliação da escolarização obrigatória, as reformas educacionais e a piora das condições de exercício do trabalho docente.

Pois bem: como a literatura sobre sindicalismo docente e o próprio movimento docente retratam essas questões? Em minha opinião, praticamente não retratam. Parece que as produções não despertaram ainda para o assunto, voltadas que estão, majoritariamente, a outros temas igualmente importantes, como reconstituir processos específicos de mobilização e de criação de organizações; e debater as relações entre sindicalismo e natureza e condições do trabalho docente.

Por outro lado, mesmo sendo necessário considerar o resultado das produções que tem por objeto a mulher trabalhadora em geral, a incomparabilidade da presença da mulher no mundo privado da produção e no setor público – ao qual pertence a maioria das/os trabalhadoras/es docentes – dificulta as análises; igualmente a esmagadora maioria das mulheres na docência faz com que elas estejam presentes em grande número nos sindicatos. Isso contribui para certa invisibilidade da discussão, pois o fato é usado como argumento para dizer que, aí, não há questões de gênero a serem discutidas. Em minhas pesquisas, este tipo de indagação – sobre questões de gênero –, em geral, é interpretada de forma reducionista, como conflitos de gênero entre professores e professoras.

Tais especificidades revelam que o gênero não está presente no sindicato docente? Não. Significa, simplesmente, que as relações de gênero, neste tipo de associação, manifestam-se de forma diferenciada das que se manifestam em outros sindicatos; e significa, também, que existe um amplo veio de análise a desenvolver. Antes de meus comentários finais a respeito, vou apresentar mais algumas informações resultantes de revisão bibliográfica.

Indiquei, no Quadro 1, informações coletadas no banco de teses da Capes. Utilizando, agora, a base de dados do projeto “Relações de gênero e sexualidades no campo da educação. Uma análise a partir da produção da Anped”,²⁹ que examinou 3.060 trabalhos publicados na página da Anped entre 2000 e 2006 (Reuniões 23^a à 29^a), encontrei um total de apenas *seis* trabalhos sobre os temas sindicalismo docente/ação coletiva³⁰ e gênero, juntando-se tanto os trabalhos que

29 M. O. V. Ferreira *et alii*, “Relações de gênero e sexualidades no campo da educação. Uma análise a partir da produção da Anped – delineamento quantitativo”, Pelotas, UFPel/CNPq, 2009, relatório de pesquisa.

30 Ampliei as palavras-chave para a busca tentando ser mais inclusiva e dar conta de outras formas de acesso à problemática, mas sem muita mudança nos resultados quantitativos.

usam gênero como ferramenta principal de análise como os que o usam como ferramenta secundária.³¹

O texto de Maria Therezinha Nunes³² foi apresentado no GT 02 – História da educação. Três outros textos foram apresentados no GT 03 – Movimentos sociais e educação.³³ O quinto texto³⁴ foi encontrado no GT 09 – Trabalho e educação – e o último³⁵ no GT 23 – Gênero, sexualidade e educação.

Os textos de Maria Therezinha Nunes e Isabel de Oliveira e Silva trazem interessantes, curiosas contribuições; a primeira no plano da análise de gênero em um movimento histórica e geograficamente situado, a greve mineira de professoras primárias em 1959, tentando demonstrar tentativas de controle do movimento por parte do “poder masculino” expresso no jornal *O Diário* e as resistências das professoras a essas tentativas. O texto de Isabel de Oliveira e Silva expressa a construção da ação coletiva das profissionais de creches comunitárias de Belo Horizonte, por meio da qual as mesmas procuram ver-se como uma categoria profissional e integrar o universo sindical.

-
- 31 Como ferramenta primária de análise, entendemos que o gênero tem valor semelhante a outras categorias, como classe e raça/etnia. Na condição de ferramenta secundária entendemos que houve, nas pesquisas, “incorporação de algum aspecto relativo a gênero, embora o objeto primeiro não seja esse ou essa variável tenha adquirido visibilidade somente no transcorrer do trabalho de campo” (M. O. V. Ferreira & G. H. L. Nunes, op. cit., pp. 4-5).
- 32 M. T. Nunes, “Consentimento ao poder masculino: A resistência possível das professoras”, in Reunião Anual da Anped, 26, 2003, Caxambu, *Anais*, (CD-ROM). Disponível em www.anped.org.br.
- 33 C. Vianna, “Professores e professoras: Identidades e ações coletivas em construção”, in Reunião Anual da Anped, 24, 2001, Caxambu, *Anais*. Disponível em www.anped.org.br; I. de O. e Silva, “Ação coletiva e identidade social: Um estudo sobre profissionais da educação infantil”, in Reunião Anual da Anped, 27, 2004, Caxambu, *Anais* (CD-ROM). Disponível em www.anped.org.br; M. O. V. Ferreira, “Trajetórias escolares e profissionais de professoras e professores militantes”, in Reunião Anual da Anped, 28, 2005, Caxambu, *Anais* (CD-ROM). Disponível em www.anped.org.br.
- 34 M. O. V. Ferreira, “Discutir educação é discutir trabalho docente: O trabalho docente segundo dirigentes da *Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (Ctera)*”, in Reunião Anual da Anped, 29, 2006, Caxambu, *Anais*, (CD-ROM). Disponível em www.anped.org.br.
- 35 M. O. V. Ferreira, “Representações sobre relações de gênero entre sindicalistas do CPERS/ Sindicato”, in Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped), 27, 2004, Caxambu, *Anais*, São Paulo, Anped, 2004, CD-ROM. Disponível em www.anped.org.br.

O texto de Cláudia Vianna e os meus próprios não serão comentados aqui, pois nossas elaborações servirão de substrato à próxima seção.

Possibilidades: trajetórias de homens e mulheres sindicalistas e representações de gênero

Cláudia Vianna tem dedicado grande parte de sua produção à ação coletiva docente e gênero. Sua tese de doutorado, defendida e publicada em 1999, teve por propósito analisar o processo de crise da organização docente no estado de São Paulo, lançando a hipótese de que as questões de gênero poderiam conferir novos significados a esse fenômeno. A análise da autora aproxima-se de alguns raciocínios apresentados neste texto, com relação às características exigidas da militância sindical e do trabalho docente cotidiano, vividos de formas diferentes segundo o sexo do/da docente. Essas ideias orientam alguns de seus textos.

Com relação a publicações sobre gênero e sindicato, a autora possui um artigo no qual analisa a produção sobre ação coletiva docente no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990. A autora tenta verificar em que medida 47 dissertações e 7 teses sobre organização docente incorporam a discussão sobre a importância do gênero na constituição da militância. Ela encontrou apenas 7 estudos relacionando organização docente e gênero, e discute os motivos dessa ausência, lançando a seguinte hipótese:

A ideia de que é a quantidade de professores em movimentos grevistas ou na militância em associações e sindicatos que produz avanços no fazer pedagógico e na consciência política e/ou de classe da categoria conduz as análises e pouco se considera a contribuição que o exame de outras subordinações sociais, entre elas a de gênero, poderia trazer.³⁶

Assim, provavelmente estamos deixando de conhecer facetas importantes da situação do trabalho docente e da atuação sindical ao não dar relevância necessária às relações de gênero em nossas análises, mesmo quando reconhecemos nossos limites.³⁷ Consequentemente, Cláudia Vianna defende que

36 C. Vianna, “A produção acadêmica sobre organização docente: Ação coletiva e relações de gênero”, *Educação & Sociedade*, n. 77, Campinas, dez 2001, p. 109.

37 Dissertação recente (A. C. S. Notário, “Autonomia do trabalho docente na rede pública paulista: Política educacional e resistência sindical”, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2007, dissertação de mestrado em educação) afirma, como um dos seus principais objetivos, “fomentar a discussão sobre as mudanças significativas

a resposta às lacunas apontadas exige a ampliação do quadro teórico e, com ela, a incorporação da diversidade enquanto uma das chaves de compreensão da identidade coletiva docente.³⁸

Ao compartilhar dessa perspectiva, tenho estado preocupada em conhecer como professores e professoras sindicalistas vivenciam sua experiência profissional e sindical e que representações têm sobre as relações de gênero. Primeiramente me interessa conhecer a vida dos e das sindicalistas, orientada por uma série de teóricos ocupados em resgatar trajetórias (auto)biográficas como forma de renovar as metodologias de investigação em ciências sociais.³⁹ Para se compreender por que os professores agem da forma que agem em seu trabalho, é preciso saber como eles são e como e por que se tornaram docentes.

Além disso, se acreditamos na importância da gênese da docência para compreender sua situação atual, igualmente temos de admitir a relevância das relações de gênero na docência. Em outras palavras: quanto à docência, é impossível pensar sua história e desenvolvimento e as imagens que foram traçadas dela no transcorrer dos tempos, sem necessariamente compreendê-la a partir das interações entre gênero e classe social. E quando falamos em imagens, falamos em identidade e representação.

Portanto, preocupam-me os processos de (re) produção das relações de gênero nos próprios sindicatos docentes e a consideração do gênero à hora de situar as lutas sindicais, entre outras subordinações possíveis. Como já argumentei, o fato de a docência ser principalmente composta por mulheres marca as identidades docentes, as representações existentes sobre a mesma e as relações da categoria com seu principal

ocorridas no interior do trabalho docente” (p. 30). O trabalho utilizou a entrevista a dirigentes sindicais do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) como fonte de coleta de dados. No item intitulado “Perfil dos sujeitos da pesquisa” há o seguinte comentário: “Não encontramos nenhuma relação direta entre o gênero dos entrevistados e as posições políticas apresentadas, mas uma questão que salta aos olhos é a parca presença das mulheres nos postos de direção da entidade apesar da categoria ser composta na maioria por mulheres. Infelizmente, como em outras questões, não podemos, nos limites deste trabalho discutir este tema” (p. 30).

38 C. Vianna, “Professores e professoras: Identidades e ações coletivas em construção”, op. cit., p. 11.

39 Cf. Ph. Joutard, “História oral: Balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”, in M. de M. Ferreira & J. Amado (orgs), *Usos & abusos da história oral*, 2. ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998; A. Nóvoa, “Os professores e as histórias da sua vida”, in A. Nóvoa (org), *Profissão professor*, 2. ed., Porto, Porto, 1995; G. Pineau, “As histórias de vida em formação: Gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial”, *Educação & Pesquisa*, Vol. 32, n. 2, São Paulo, maio-ago 2006.

empregador, o Estado. A compreensão da divisão e/ou segregação sexual do trabalho docente é um veio a descoberto nas análises sobre organização sindical docente.

Não obstante, em minhas pesquisas não tenho percebido uma atenção mais qualificada sobre os temas citados nas percepções de sindicalistas, sendo poucas as pessoas que tecem comentários a respeito. Em geral, tanto homens quanto mulheres dirigentes sindicais passam por cima das questões de gênero no sindicato e na educação como um todo. É como se essas questões fossem invisíveis, e quando elas são ativadas na memória das pessoas parecem causar certo desconforto.⁴⁰

Em relação à vivência da docência segundo o gênero, o uso da memória de sindicalistas tem permitido conhecer trajetórias de escolarização, profissionais e militantes, observando quais estratégias os e as docentes têm usado para superar ou manter sua posição social, e se elas diferem segundo o gênero.

Embora esse tipo de metodologia necessite de um prazo maior, ou de um grande número de casos para chegar-se a resultados razoáveis, a comparação com outros estudos sobre memória, docência gênero – e raça/etnia,⁴¹ tem indicado proximidade nas conclusões. Assim, pode-se dizer que as trajetórias educacionais de homens e mulheres, bem como sua chegada ao magistério, parecem ser distintas por gênero.⁴²

40 Cf. M. O. V. Ferreira, “Representações sobre relações de gênero entre sindicalistas do CPERS/Sindicato”, in Reunião Anual da Anped, 27, 2004, Caxambu, *Anais*, (CD-ROM). Disponível em www.anped.org.br; idem, “Desconforto e invisibilidade: Representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes”, *Educação em Revista*, n. 47, Belo Horizonte, jun 2008.

41 Cf., por exemplo, M. Carvalho, “Vozes masculinas numa profissão feminina: O que têm a dizer os professores”, *Estudos Feministas*, Vol. 6, n. 2, Florianópolis, 1998; D. B. Catani, B. Bueno & C. Sousa, “Os homens e o magistério; as vozes masculinas nas narrativas de formação”, in B. Bueno, D. B. Catani & C. Sousa (orgs), *A vida e o ofício dos professores; formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração*, São Paulo, Escrituras, 1998; C. Sousa, D. Catani, M. C. Souza & B. Bueno, “Memória e autobiografia; Formação de mulheres e formação de professoras”, *Revista Brasileira de Educação*, n. 2, São Paulo, mai-ago 1996; C. R. de Paula, “Trajetórias e narrativas de homens negros no magistério”, in I. Oliveira, P. Silva & R. Pinto, *Negro e educação: Escola, identidades, cultura e políticas públicas*, São Paulo, Ação Educativa/Anped, 2005; J. Silva, “Para não passar a vida na vassoura: Magistério, espaço de ascensão social, na representação de mulheres negras”, *Unopar Científica, Ciências Humanas e Educação*, Vol. 7, Londrina, jun 2006.

42 M. O. V. Ferreira, “Siempre el destino acaba llevándonos hacia donde tenemos que estar: Trayectorias escolares y profesionales de profesoras y profesores militantes”, in M. Feldfeber & D. Oliveira (comps), *Políticas educativas y trabajo docente; nuevas regulaciones ¿nuevos sujetos?*, Buenos Aires, Novedades Educativas, 2006; idem, “Trajetórias escolares e profissionais de professoras e professores militantes”, op. cit.

Isso é especialmente claro no significado da docência como opção profissional. É forte a representação de que o trabalho docente é “indicado para mulheres”. Por um lado, algumas narram a influência de membros de sua família na constituição dessa representação, sugerindo ser a alternativa mais adequada ao sexo feminino.⁴³ Já nas narrativas masculinas isso não transparece em nenhum momento. Aliás, vale a pena dizer que as mulheres aparentemente ingressam na docência mais cedo por conta de sua formação já em nível secundário de estudos (curso de magistério). A docência, para os homens, ocorre após passarem por outras experiências ocupacionais ou por falta de melhor alternativa. Muitas vezes significa um adiamento na consecução de alternativas; quando isso não se produz, pode acontecer a procura por cargos de comando na hierarquia educacional; ou na atividade sindical.

Um elemento igualmente relevante parece ser a forma como mulheres e homens constroem seus discursos para explicitar sua inserção nas atividades militantes. As mulheres parecem ter mais dificuldade de atribuir-se competências para a atuação política,⁴⁴ adjudicando às relações de amizade e companheirismo o motivo pelo qual assumiram a liderança sindical.⁴⁵ Seus discursos são mais tímidos, pomenorizados e entrecortados. Já os homens discursam de forma mais elaborada; a memória já parece ter sido reorganizada cronologicamente. Em suma, os homens parecem sentir-se mais seguros para falar a respeito de suas experiências políticas. Mesmo as mulheres sindicalistas guardam alguma dificuldade de mover-se com mais naturalidade no âmbito público. Talvez isso possa ser atribuído ao fato, também, de que os homens têm uma participação política – pública – maior, em outras organizações e/ou partidos políticos, e as experiências de militância das mulheres são mais restritas à sua participação no sindicato.

Destaca-se, também aqui, que as mulheres explicitam receber reforço, para militar, de membros de sua família, especialmente do sexo masculino: pais, maridos e filhos. No caso de seus genitores do sexo masculino, alguns deles pertenceram a partidos políticos.

43 Essa espécie de “predestinação”, chamada por Bourdieu de “causalidade do provável” (“Futuro de classe e causalidade do provável”, in M. A. Nogueira & A. Catani (orgs), *Pierre Bourdieu: Escritos de educação*, 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1999), aparece como uma escolha livre quando, na verdade, para cada grupo social há um elenco possível de alternativas.

44 P. Bourdieu, “A dominação masculina”, *Educação & Realidade*, Vol. 20, n. 2, Porto Alegre, jul-dez 1995.

45 P. Giulani, “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”, in M. Del Priore (org), *História das mulheres no Brasil*, 5. ed., São Paulo: Editora Unesp/Contexto, 2001.

A influência dos genitores masculinos também é bastante significativa em termos do uso da educação como estratégia de reprodução social, perspectiva desenvolvida por Bourdieu em seus trabalhos.⁴⁶ A importância daqueles no apoio aos estudos foi relatada por vários sujeitos, mais ainda no caso das mulheres, e mesmo quando não era a docência o curso indicado.

À guisa de conclusão

Com as ideias apresentadas, gostaria de acentuar a relevância da inclusão da categoria gênero para se compreender vários dos fenômenos que podem ser observados no campo do sindicalismo docente. Alguns aspectos são menos ligados ao trabalho docente – por exemplo, as relações de gênero na constituição de sujeitos militantes, que pode iluminar se há diferenças e quais seriam os significados que homens e mulheres dão à participação sindical. O fato de que muito mais homens se filiem e participem das direções das entidades, em comparação com sua presença na base do movimento, ou que ocupem cargos de maior poder político, tem sido citado em vários estudos, mas mereceria maior aprofundamento.⁴⁷ Mereceria mesmo dados estatísticos comprobatórios da asserção.⁴⁸

46 “O pai é o lugar e o instrumento de um ‘projeto’ (conatus) que, estando inscrito em suas disposições herdadas, é transmitido inconscientemente, em e por sua maneira de ser, e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem”. P. Bourdieu, “As contradições da herança”, in P. Bourdieu (coord), *A miséria do mundo*, Petrópolis: Vozes, 1997, p. 588.

47 Cf. A. Amado & S. Checa, *Participación sindical femenina en Argentina; sindicato docente un estudio de casos*, Buenos Aires, Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales (Ilet), 1990, mimeo; C. Vianna, *Os nós do “nós”. Crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*, São Paulo, Xamã, 1999; M. O. V. Ferreira, “Mulheres e homens em sindicato docente: Um estudo de caso”, op. cit.; A. C. S. Notário, op. cit.

48 Uma curiosidade a respeito: em investigação sobre a condição docente realizada no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Peru, com dados colhidos entre 2000 e 2002, Emilio Tenti Fanfani (*La condición docente; análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2005, p. 222) indica que a participação feminina no sindicato docente é maior no caso do Brasil. As brasileiras alegam participar habitualmente das associações em porcentagem maior à de suas colegas dos demais países; e alegam em porcentagem menor nunca participar das referidas associações. Os números são, respectivamente, 14,9% e 49,1%. No caso dos professores brasileiros, esses números correspondem a 16,5% e 39,4%.

Outros fenômenos, no entanto, são totalmente ligados a uma mais clara interpretação da situação do trabalho docente, pois a representação dominante a respeito do menor *status* desta ocupação reside na consideração de que ele é um trabalho “de mulher”. Tal representação tem de ser desmistificada por meio do uso da categoria gênero, que nos permite compreender mais profundamente as relações de poder presentes na divisão sexual do trabalho. Isso deveria se tornar objeto de investigação e de atuação das organizações docentes, sob pena de não se compreender adequadamente que a fabricação de identidades é um artifício de regulação do trabalho docente.⁴⁹

Neste artigo, tentei defender que as condições materiais e o universo simbólico que permeiam as relações de gênero no mundo do trabalho devem fazer parte das preocupações da pesquisa sobre sindicatos docentes (bem como dos ativistas sindicais). E isso porque elas se encontram totalmente imbricadas; na teoria de Bourdieu,⁵⁰ a dominação masculina não se dá por escolhas conscientes, mas por disposições inculcadas. Daí porque considero tão importante o campo da análise das representações de gênero de mulheres e homens sindicalistas.

O que é material e o que é simbólico, o que seria próprio de gênero, da cultura e da economia em vivências de mulheres e homens em cenários e histórias dadas e se fazendo?

pergunta-se Mary Castro,⁵¹ ecoando as palavras de Elisabeth Souza-Lobo escritas em 1983:

Os motivos para a ausência das operárias no movimento operário e sindical estão nas suas casas e na sede dos sindicatos e nas cabeças dos operários e operárias. Isso não significa dizer que as circunstâncias materiais sob as quais vivem as trabalhadoras não tenham nada a ver com sua disposição ou relutância em participar da luta sindical. Como uma operária já disse: “Isso fica mexendo com minha cabeça, mas eu só consigo pensar com meu estômago”.⁵²



49 M. Lawn, “Os professores e a fabricação de identidades”, *Currículo Sem Fronteiras*, Vol. 1, n. 2, jul-dez 2001.

50 P. Bourdieu, “A dominação masculina”, op. cit.

51 M. Castro, “Trabalho, gênero, raça: Quais os desafios políticos?”, in M. I. B. da Rocha (org), *Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios*, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 375.

52 E. Souza-Lobo, op. cit., p. 139.